AGRONEGÓCIO E AGROTÓXICO: DOIS PECADOS, UMA SENTENÇA NO CAMPO PARAENSE[1]

Cátia Oliveira Macedo [2]
Paulo Olivio Correa de Aquino Junior[3]
João Victor Rocha Leão[4]

RESUMO

Agronegócio e agrotóxico apresentam-se como pares inseparáveis, sinistros de um mesmo processo que avança sobre os territórios campesinos, tentando imputar-lhes uma nova forma de ser e de viver na terra. É sob esta perspectiva que nos propomos discutir as implicações do avanço do agrotóxico/agronegócio na agricultura do nordeste do Pará nos anos de2020 e 2021. Para tanto, nos indagamos: Como o uso do agrotóxico derivado da expansão do agronegócio impacta o modo de vida nos territórios campesinos dessa região da Amazônia? Na pesquisa utilizamos trabalho de campo- ocorrido apenas no segundo semestre de 2021, em decorrência da pandemia da COVID- quando realizamos entrevistas semi-estruturadas. Além disso, levantamos dados secundários, através de textos e relatórios científicos. Constatamos que o agronegócio e o agrotóxico se impõem a esses territórios obstando o direito ao comum, como a terra, a água e a floresta, posto que os agrotóxicos são, ao fim e ao cabo uma tecnologia fundamental para a continuidade do projeto do agronegócio. Porém, ao mesmo tempo em que se impõe o território do agro, os camponeses politizam suas ações reforçando suas estratégias de luta, seja através de ações diretas de confronto, seja através de ações judiciais, dentre outras. Nosso propósito é contribuir com o debate acerca das transformações ocorridas no campo paraense, visibilizando as disputas, e o potencial de resistência camponesa.

Palavras-chave: agronegócio; agrotóxico; território

Agrobusiness and Pesticides: two sins, one verdict in Pará countryside

ABSTRACT

Agribusiness and pesticides seem to be inseparable, ominous facts of a unique process that spreads through peasant territories, in order to impose a new way of being and living on the land. According to this view we seek to discuss the expansion of the pair pesticides/agribusiness in Pará Northeastern agriculture in the years 2020 and 2021. The main query is: how the use of pesticides linked to the increase of the agribusiness impact the production and the way of life of people settled in these territories? This research was based on a fieldwork developed only during the second semester of 2021 due to COVID pandemic, when semi-structured interviews were applied. Besides, secondary data were collected from scientific texts and reports. We consider the presence of pesticides and agribusiness in these territories as an obstacle to the local collective access to land, water, and forest, since pesticides are, after all, a fundamental technology to the endurance of the agribusiness project. However, as the agribusiness territories are increased, the peasants strengthen their actions and the struggle strategies, either as direct confrontation or through legal suits, among others. Our aim is to contribute to the discussion concerning the changing environment in the countryside in Pará, focusing social clashes and these people's potential resistance.

Keywords: agrobusiness; pesticides; territory

1 Artigo elaborado a partir dos resultados obtidos no projeto de pesquisa de mesmo nome, submetido ao CNPQ pelo edital (02113/2020).
[2] Doutora em Geografia Humana (FFLCH - USP), professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA), coordenadora do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA). E-mail: ccatiammacedo@gmail.com. ORCID: http://orcid.org/0000-0002-4318-6234.
[3] Mestre pelo PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará e membro do GPTECA. E-mail: paulocorrea.sj@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/ 0009-0001-6694-8588.
[4] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UEPA) e licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: leaojoaovitor@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4269-2557.

Introdução

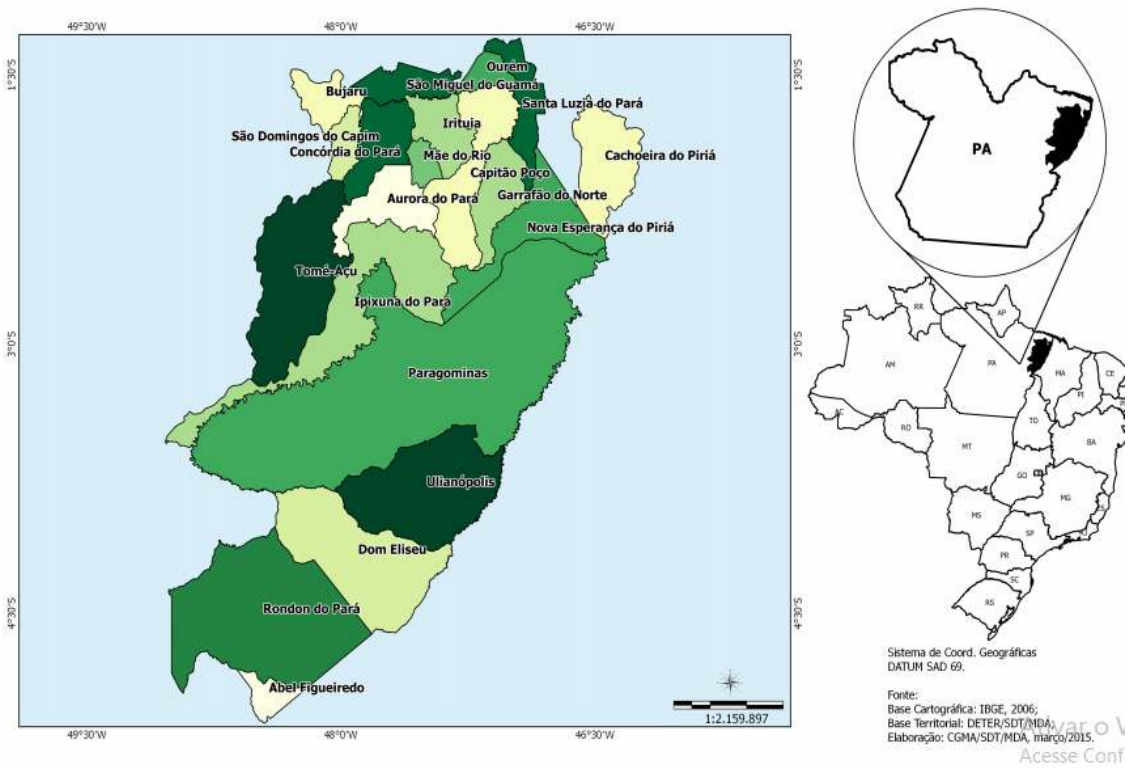
O Nordeste Paraense apresenta as marcas mais antigas da colonização do Pará, formando a partir disso uma história de exploração do comum[5] (ditos recursos naturais), e a consequente destruição das vegetações originárias[6]. Na segunda metade do século XX, no contexto da *integração nacional*, essa histórica prática de espoliação e saque se intensifica viabilizada pela abertura das estradas e da expansão do *capital internacional aliançada ao estado nacional* (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017, p.20).

Marcada pela história dos povos indígenas, negros e por imigrantes, a mesorregião traça um curso que encontra nos diferentes ciclos econômicos da região uma contribuição à sua formação. Através dos rios, os primeiros exploradores adentraram ao território, ocupando e extraindo matérias-primas de importância econômica e confrontando territorialidades originárias. Essa peregrinação por rios e igarapés deu origem a povoados e posteriormente municípios. A construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, no último quarto do séc. XX representou um avanço na ocupação e no desenvolvimento da atividade agrícola dessa região, por meio de maior integração das famílias camponesas que abasteceriam a capital com viveres e hortifrútis (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017p. 20).

Os “ciclos”, porém, se deram por espasmos. Foi assim que, em meio ao declínio da economia gomífera (territorializada principalmente nos confins da porção ocidental da Amazônia brasileira, mas influindo na mesma como um todo), migrantes japoneses se instalaram no Nordeste Paraense. Essa migração representou a ampliação das atividades agrícolas nesta mesorregião, em particular na microrregião de Tomé-Açu. Na segunda metade do século XX, a abertura e asfaltamento das estradas federais e estaduais facilitou a ligação com os municípios do interior, atraindo fazendeiros de outros estados focados na extração da madeira e na criação de gado. Ao longo da PA 140, especialmente, no percurso que corresponde entre os municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, formaram-se corredores de pastagens, marcando a forte presença da pecuária, destruindo, acelerando e gerando novos processos como antes ocorrera com a estrada de ferro.

5 Utilizaremos aqui a abordagem de “Comum” em vez de “bens comuns” por um alinhamento à interpretação de Dardot e Laval (2017) para os quais este é uma estratégia, uma racionalidade alternativa generalizável, indo além da ideia de “bens” (propria direito) para “comum como princípio político” antecedendo o direito e ao mesmo tempo evitando sua “naturalização” como antecedente de sua instituição política.
6Por vegetações originárias nos referimos à vegetação e mesmo condições climáticas que ganharam os contornos atuais com o advento do Holoceno (aproximadamente 11,65 anos atrás).

Figura 1 - Municípios do Nordeste Paraense



Fonte - Ministério do Desenvolvimento Agrário (s/d)

Pari passu, formaram-se novas comunidades rurais, nos interstícios das fazendas, resultantes da presença de camponeses que seguiram a trilha do "desenvolvimento" apregoado com a abertura das estradas e mesmo antes, em migrações sazonais espontâneas ou incentivadas por governos, alinhavadas quase sempre à concentração fundiária escamoteada pelas secas no nordeste brasileiro, num encontro entre "nordestes" brasileiro e paraense. No trecho entre Bujaru e Concórdia do Pará, localizam-se aproximadamente vinte territórios camponeses, dentre eles, as Comunidades Nova Esperança, Castanhalzinho e Arapiranga, lócus dessa pesquisa, experimentando "uma forma diferenciada de vida comunitária" (GORGEN, 2016:101).

Produzindo especialmente para o autoconsumo, essas famílias enfrentam historicamente o desafio de viver com a crescente escassez de terras, ausência de políticas de crédito que os contemplem assim como enormes dificuldades na comercialização de seus produtos – dado o avanço desigual e contraditório de infraestruturas como estradas. Estas adversidades atuam diretamente na ampliação dos níveis de subordinação desse campesinato - dada a necessidade de manutenção desta inserção econômica com vistas a pressionar para baixo os salários urbanos (MOREIRA, 2020, p. 63). Em contrapartida, esses sujeitos têm se organizado na defesa de seus territórios e modo de vida.

Uma das recentes faces desse processo que amplia os níveis de subordinação do campesinato refere-se a política direcionada para a produção dos agrocombustíveis, no alvorecer do século XXI, cujos efeitos imediatos são a concentração de terra (SILVA, MAGALHÃES e FARIAS, 2016), precarização do trabalho (SOUSA, 2019), destruição da floresta, contaminação das sub-bacias hidrográficas e igarapés por produtos químicos – agrotóxico (CRUZ, 2018) tensionando a vida nos territórios campesinos, seja por seu avizinhamento a seus lotes e espaços comuns, seja pela sua forma de integração-parceria.

Mergulhados nas comunidades rurais e em intenso convívio nas unidades domésticas, percebemos como agronegócio e agrotóxico se impõem a esses territórios obstando territorialidades do comum refletidas nas relações com a terra, a água e a floresta, posto que os agrotóxicos são, ao fim e ao cabo, uma tecnologia fundamental para a continuidade do projeto do agronegócio (BUENO, 2019). Os igarapés, espaços privilegiados de sociabilidade tornam-se espaços do medo e da possibilidade de se contrair doenças. Já os quintais, revelam a *cultura estranha*, dividindo espaço com as plantas medicinais, os pequenos animais domésticos a casa de farinha e outros. Dois diferentes modelos de desenvolvimento para o campo que se confrontam e acirram as disputas territoriais.

Consideramos que a cultura do dendê, neste início de século, se apresentou como continuação, ou seja, se estabeleceu enquanto “Novos projetos e velhas práticas” (MACEDO & SOUSA,2015) que a todo custo tenta “integrar, domesticar e civilizar”, impondo-nos uma “trajetória de perdas e danos” ao campesinato e a terra (LOUREIRO, 2002: 07). A opção do Estado brasileiro na década de 1990 pelo agronegócio atrelado a preocupação com a produção de agrocombustíveis reedita velhas práticas no campo acirrando as disputas pela terra. Ao mesmo tempo, subordina a produção agrícola nacional aos ditames de grupos econômicos internacionais, em particular à indústria agroquímica.

Os desdobramentos do agronegócio do dendê no campo paraense foram objeto de estudo de Macedo e Sousa (2015), Sousa (2015), Backhouse (2013), Nahum (2016, 2018, 2019, 2020), Silva, Magalhaes & Farias (2016), Aquino Junior (2019) dentre outros. De modo geral, esses estudiosos concordam com a perspectiva de que a expansão do agronegócio nessa região da Amazônia implicou na ampliação das adversidades aos camponeses, porém divergem quanto a finitude e ou recriação camponesa. Concorreriam respectivamente para esses processos, de um lado, a integração desenfreada dos camponeses à cultura do dendê, a mercantilização da terra e a consequente proletarização dos camponeses e, de outro, a capacidade de adaptabilidade do

campesinato às imposições do capital e sua inserção e/ou aprofundamento da luta pela terra e território. Nessa última perspectiva, podemos citar como exemplo a incorporação da renda obtida seja nos campos do dendê-assalariamento e/ou produção da palma nas unidades camponesas na receita doméstica.

Em outra escala de análise, o avanço do agronegócio do dendê suscita outras questões, que certamente contribuirão para o entendimento da complexa reprodução campesina. Uma delas é o fato do Brasil ter ocupado, no contexto neoliberal, o posto de um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo[7], revelando "a atuação das empresas transnacionais do setor de agrotóxicos, autodenominadas produtoras de defensivos agrícolas", e as suas estratégias de "inserção no mercado visando a subordinação da renda da terra", bem como da "violência silenciosa", causada pelas intoxicações de tais substâncias (BOMBARDI, 2011). No caso do agronegócio do dendê, ainda há relativa carência de trabalhos que busquem sistematizar e abordar a questão dessa forma.

Agronegócio e agrotóxico apresentam-se como pares inseparáveis, sinistros de um mesmo processo que avança sobre os territórios campesinos, tentando imputar-lhes uma nova forma de ser e de viver na terra. É sob esta perspectiva que nos propomos discutir as implicações do avanço do agrotóxico/agronegócio na agricultura do nordeste do Pará. Para tanto, nos indagamos: Como o uso do agrotóxico derivado da expansão do agronegócio impacta a atividade produtiva e o modo de vida nos territórios campesinos do nordeste paraense?

As reflexões apresentadas neste artigo foram construídas a partir de uma pesquisa estruturada em duas etapas, realizadas de maneira concomitante: pesquisa teórica e trabalho de campo. Na pesquisa teórica, realizou-se um levantamento de teses, dissertações e artigos científicos que abordam a expansão do agronegócio na Amazônia e as implicações do uso dos agrotóxicos nessas áreas. Na pesquisa de campo efetivaram-se vivências nas comunidades. Durante esse período, ocorreram as entrevistas, a observação participante e a aplicação dos questionários, com o intuito de capturar a dinâmica das comunidades rurais e as tensões existentes acerca da pressão do agronegócio versus agrotóxico.

O artigo está estruturado em duas sessões além da Introdução e das considerações, sendo apresentada na primeira a territorialização camponesa, concomitante a implementação de projetos políticas desenvolvimentista. Na segunda sessão discorremos sobre as tensões em torno da reprodução camponesa em tempos de agronegócio e agrotóxico.

[7] Ainda que se tenha divulgado em diversos meios o Brasil como maior consumidor de agrotóxicos do mundo, em volume o país que assume essa posição geralmente é a China (Paschoal, 2019). O Brasil, porém, tem uma significativa variação no consumo entre os anos de 1990 e 2019, com aumento de 959%, segundo o site ourworldindata.org.

Os tempos e as disputas na territorialização camponesa do nordeste paraense

Registros etnográficos sobre a ocupação do Vale do Acará arremetem a um dos blocos de aldeias dos Tembés (os outros dois blocos são o situado no Alto Rio Guamá e o nas margens do Rio Gurupi, no Pará e Maranhão respectivamente). As aldeias da bacia do Rio Acará atualmente estão organizadas no interior da TI Turé-Mariquita, em Tomé-Açu. O avanço dos Tembés (autodenominados tenetehara) teria se dado sobre o território dos turiwara – sendo que atualmente na porção sul desta TI os indígenas que ali vivem são assim indicados.

Enquanto no séc. XIX uma parte dos tenetehara se deslocava dos rios Pindaré e Caru em direção ao Pará, isto é, no sentido oeste, desde o século XVIII havia um movimento de entrada na Zona Guajarina, após a ocupação via sesmarias ter relativamente se consolidado na Zona Bragantina, mais ligada ao litoral. Essa "entrada" da colonização em direção ao *core* do atual Estado do Pará veio acompanhada do estabelecimento de uma rede de abastecimento voltada para aquelas zonas de ocupação consolidada, chegando ao séc. XX como uma das principais fornecedoras de alimentos para Belém e imediações (SOUSA, 2015).

A ocupação da região teve impacto ainda do fluxo migratório de estados do nordeste em direção à região em busca de emprego e terras com a abertura da Estrada de Ferro Belém-Bragança, no último quartel do séc. XVIII. Com a finalização das obras no início de 1900, ocorreu um espraiamento dessas populações na direção de áreas pouco ou não habitadas, em busca de terras livres, seja nas imediações de ocupações médias e pequenas, seja para fundar novas comunidades apoiadas numa territorialização de grupos familiares sem excluir a instituição de parcelas de terras/florestas/águas de cunho comunitário (comum). Evidentemente, esse processo foi acompanhado pela constituição paralela de uma estrutura agrária concentrada, num movimento ora de encontro com grandes propriedades, ora de posterior formação de áreas comercializadas ou espoliadas, por vias de violência direta ou estratégias jurídicas junto a cartórios, especialmente a grilagem.

A dispersão populacional em nível macro deve ter em vista também os eventos em torno dos conflitos e perseguições ocasionadas pela revolta cabana, ainda em meados do séc. XVIII. Entre as características desse período, podemos destacar a constituição de um campesinato amazônico de encontro entre população local, com influências e afluências indígenas, negras, nordestinas e caboclas, junto ao processo contínuo de feitura, implosão e reestruturação de grandes propriedades (entre a intensa distribuição de cartas de sesmarias e depois apropriação por meios diversos de

senhores de terras). Creditamos, aliás, parte das resistências presentes ao legado das lutas cabanas nessas terras amazônicas.

As práticas de agricultura e comércio em geral foram se fazendo no mesclar desses tantos processos, com algumas práticas ainda presentes na atualidade como um crescente na aquisição de instrumentos de trabalho nos pólos urbanos que foram se constituindo, sem, entretanto, representar mudanças mais profundas. Dois episódios, porém, terão efeitos que se prolongarão até o presente de forma visível: a migração japonesa para a região (1929), tendo em Tomé-Açu o principal pólo de atração; e a introdução do dendê como monocultura (2004 em diante).

A migração japonesa para a Amazônia correspondia a um plano firmado entre os dois países com o objetivo de expandir os anseios capitalistas japoneses e dar novos rumos para a região amazônica. Assim, os migrantes japoneses ocuparam na Amazônia o lugar das primeiras tentativas de migração realizadas com imigrantes europeus em outras regiões do Brasil (notadamente a setentrional), sendo desenvolvidas futuramente atividades que envolviam a extração de cacau, a produção da fibra de juta e a produção de pimenta. O governo atuou oferecendo terras ao longo dos rios Capim, Moju e Acará como propícios para a expansão dos negócios da empresa japonesa, sendo desses o Acará escolhido (HOMMA, 2016).

Além da contribuição para a produção de alimentos ainda pouco encontrados na região como couve, cenoura, beterraba, alface e repolho, esses migrantes investiram na produção de cacau. Contudo, ainda nos anos 1930 essa produção decaiu (HOMMA, 2016). Na primeira metade do século, os migrantes enfrentaram o ápice de dificuldades, pois com a Segunda Guerra Mundial a circulação de japoneses no Pará foi restringida, mantendo-os isolados e confinados aos limites do município de Acará, incluindo o confisco da cooperativa formada pelos primeiros imigrantes. Após a guerra, retomaram o comando dessa cooperativa que viria a se tornar posteriormente a Cooperativa Mista de Tomé-Açu - CAMTA (TAFNER JUNIOR e SILVA, s/d, p. 2) que existe até hoje.

Essas dificuldades se prolongam pelas décadas seguintes, sendo modificadas apenas na segunda metade séc. XX com a introdução dos monocultivos de pimenta. Em Tomé-Açu as mudas de pimenta implementadas para a experimentação eram de procedência asiática e tiveram boa adaptação. As mudas foram distribuídas para colonos japoneses que se dedicam a essa cultura em especial a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o preço da pimenta subiu esporadicamente elevando o Estado do Pará ao nível de grande produtor dessa cultura devido a diminuição da produção mundial (TAFNER JUNIOR, 2010). Esse ciclo atraiu trabalhadores de diferentes municípios através dos rios,

igarapés e paus-de-arara[8], além de maior infraestrutura para escoamento, mecanização agrícola e os fertilizantes químicos (HOMMA, 2016, p. 140).

Assim, podemos afirmar que, além das fazendas de gado, as primeiras mudanças técnicas de envergadura no nordeste paraense na zona Guajarina decorreram da introdução da pimenta com adubagem química e uso de venenos em maior intensidade. Não há que atribuir a introdução destas práticas somente a este período, mas é com ele que se estabelece uma logística que terá entre outros efeitos a expansão de uma rede comercial de fertilizantes e venenos com destaque para cidades como Santa Isabel do Pará, Castanhal e os municípios atualmente conurbados à Belém, o que se casa com as discussões sobre como a indústria de venenos e a revolução verde são desdobramentos da 1ª e especialmente 2ª Guerra Mundial e suas indústrias (BITTENCOURT e JACOBOVSKI, 2017).

A agricultura em escala da pimenta, assim, representa a primeira tentativa de monocultivos na região com esforços mais sistemáticos, envolvendo além de produtores rurais, políticas municipais e a inserção agarrada a um contexto internacional[9]. A derrocada do período "aurífero" da pimenta veio com a profusão do fundo *fusarium*, tendo efeitos desastrosos nas propriedades concentradas nesta única produção. Paralelo a tudo isto continua um movimento relativamente contínuo de migração no interior do nordeste paraense, seja ela sazonal (nos períodos de safra em municípios mais destacados como Tomé-Açu, Igarapé-Açu, Mocajuba, dentre outros) ou não, com atração ainda de levas populacionais do nordeste brasileiro e de outras regiões do Pará para os pimentais.

A derrocada do período de ouro da pimenta provavelmente foi um vetor fundamental para o estabelecimento crescente de outro monocultivo na região, tendo seu período de maior expressão na primeira década do século corrente. Ancorado de forma geral na proposta de produção de agrocombustíveis e em políticas de governo direcionadas, o agronegócio do dendê representou uma leva ainda mais sistemática de territorialização do agronegócio no nordeste paraense. Os marcos consensuais são os esforços em torno do PRÓALCÓOL (no sentido de biocombustível promovido a política de Estado) na década de 1970 e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), inaugurado em 2004, já no contexto da alta do petróleo e do "esverdeamento" da economia. O dendê enquanto "vocação" seria a aposta para um novo "ciclo"para a região.

8 "Pau-de-arara" se refere geralmente nesta região do país a caminhões e caminhonetes utilizadas no transporte de pessoas, principalmente advindas de áreas rurais, dada a ausência ou incipiência de linhas de ônibus. Enquanto aqui "pau-de-arara" era transporte da população trabalhadora, na década de 1970 a designação arrepiava militantes cientes do uso de outro "pau-de-arara" para tortura na ditadura militar. Sabe-se que a questão agrária estava nos dois lados desse termo.

No contexto desse último, ocorre um virulento processo de concentração de terras na região, em especial no Vale do Acará e imediações. O PNPB visava uma agenda de políticas públicas do governo, uma maior articulação com acordos internacionais para a preservação do meio ambiente, gerando preocupações com o desenvolvimento do país e a produção de combustíveis mais limpos, juntamente com a introdução da ideologia que visava substituir o improdutivo latifúndio pelo produtivo agronegócio (MACEDO; SOUSA, 2015). Somado a isto, a crise alimentar de 2007 e o *boom* dos minérios e do petróleo criaram um cenário favorável ao agronegócio do dendê, com a entrada em cena de empresas como a Biopalma (Vale) e os bons ventos para os agrocombustíveis em decorrência da carestia do petróleo (AQUINO JUNIOR, 2019, pp. 83-95).

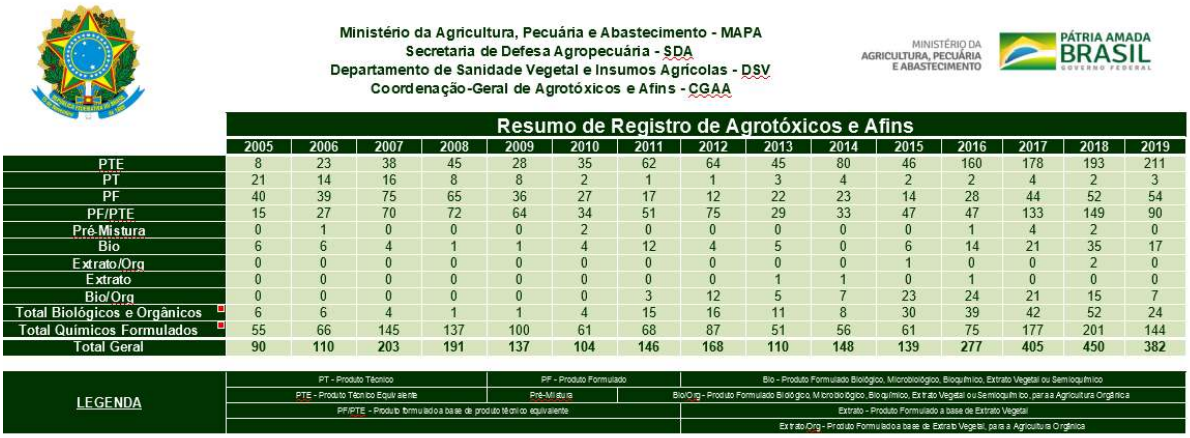
No contexto dessa nova onda de incentivos governamentais para a produção de agrocombustíveis e demanda internacional, dá-se um novo momento na relação entre as historicamente constituídas agriculturas empresarial e camponesa: *uma legislação que visava operar a integração entre ambas*. Assim, junto ao tensionamento com a entrada dessa territorialização na região, houve um viés de inclusão produtiva nos circuitos do agronegócio do dendê. Quando na década corrente o Estado do Pará se consolidou como um grande produtor de dendê, se evidenciava uma trajetória de agentes o Grupo Real Agropalma S.A., que já no século XX se destacava com cultivos da oleosa na região e a Biopalma, responsável no início do século XXI pelo aumento da produção local. Essa, investe na "parceria" com a agricultura familiar camponesa, subordinando parte da sua produção as unidades domesticas.

Essa "parceria" com a agricultura familiar camponesa mostrava mais importância no nível de representação da imagem da empresa do que na produção efetiva, com vistas a fortalecer aquilo que Delgado (apud. CHÃ, 2018:48) denomina "hegemonia ideológica". Entre os efeitos desejados, destaca-se a imagem de "inclusão social" e o acesso a políticas fiscais específicas direta ou indiretamente, já que o "pacote" tecnológico da empresa incluía corpo técnico, mudas e insumos químicos: uma **cadeia produtiva**.

Cinquenta anos depois da Revolução Verde e conservadora – que não modificou o intenso processo de concentração fundiária, especialmente em países não centrais, inclusive intensificando-o -, o Brasil é um dos países no topo do ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Aumento que se dá em função de dois grandes elementos: a transformação de alimentos em combustíveis e em

commodities (BOMBARDI, 2011). Essa situação vem se agravando[10], alcançando um recorde histórico no primeiro ano do governo Bolsonaro:

Figura 2 – Registro de agrotóxicos- Brasil (2005-2019)



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas - DSV
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Resumo de Registro de Agrotóxicos e Afins

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PTE	8	23	38	45	28	35	62	64	45	80	46	160	178	193	211
PT	21	14	16	8	8	2	1	1	3	4	2	2	4	2	3
PF	40	39	75	65	36	27	17	12	22	23	14	28	44	52	54
PF/PTE	15	27	70	72	64	34	51	75	29	33	47	47	133	149	90
Pré-Mistura	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	4	2	0
Bio	6	6	4	1	1	4	12	4	5	0	6	14	21	35	17
Extrato/Org	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0
Extrato	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
Bio/Org	0	0	0	0	0	0	3	12	5	7	23	24	21	15	7
Total Biológicos e Orgânicos	6	6	4	1	1	4	15	16	11	8	30	39	42	52	24
Total Químicos Formulados	55	66	145	137	100	61	68	87	51	56	61	75	177	201	144
Total Geral	90	110	203	191	137	104	146	168	110	148	139	277	405	450	382

LEGENDA

PT - Produto Técnico	PF - Produto Formulado	Bio - Produto Formulado Biológico, Microbiológico, Bioquímico, Extrato Vegetal ou Semioquímico
PTE - Produto Técnico Equivalente	Pré-Mistura	Bio/Org - Produto Formulado Biológico, Microbiológico, Bioquímico, Extrato Vegetal ou Semioquímico, para a Agricultura Orgânica
PF/PTE - Produto formulado a base de produto técnico equivalente		Extrato - Produto Formulado a base de Extrato Vegetal
		Extrato/Org - Produto Formulado a base de Extrato Vegetal, para a Agricultura Orgânica

Fonte: MAPA (2020), disponível no site brasildefato.com.br[11]

Assim, o uso sistemático de agrotóxicos na região, retomado fortemente pelo agronegócio do dendê, envolve o campesinato em três sentidos: a) se avizinhando para a maioria das famílias que viram a instalação de grandes monocultivos de dendê; b) adentrando nos sítios camponeses que se consorciaram com as empresas, com contratos de em média 20 anos e c) afetando as condições ambientais do entorno, como áreas de mata de uso comum e igarapés que possibilitam a reprodução camponesa, criando meios que pressionam para a venda de terras.

Felizmente, se "na essência, tanto as políticas voltadas para a agricultura empresarial quanto para a agricultura familiar estão direcionadas para o fortalecimento do modelo do agronegócio" (idem, p. 39), o campesinato consegue se reproduzir sem depender primeiramente de políticas estatais, calcado numa prática que envolve trabalho, terra, religiosidade, cultura e autonomia. É que a feitura do território opera de forma desigual, combinada e contraditória (OLIVEIRA, 2003), o que implica na agricultura que a reprodução camponesa se faça nas lutas que abrem brechas no sistema hegemônico, ao mesmo tempo em que este mesmo sistema depende de práticas camponesas para seu desenvolvimento contraditório – seja como mão-de-obra, inserção subordinada em cadeias produtivas ou mesmo legitimidade social.

10 Para uma consulta sobre o problema da liberalização de agrotóxicos no Brasil, consultar Folgado (2019): "Desmonte da legislação de agrotóxicos".

11 Ver https://www.brasildefato.com.br/2019/11/27/liberacao-de-agrotoxicos-no-governo-bolsonaro-e-a-maior-dos-ultimos-14-anos. O número de agrotóxicos liberados nos anos seguintes foi: 493 em 2020, 562 em 2021 e 652 em 2022. Note-se os recordes em 2016 e uma curva ascendente a partir de então até o novo recorde em 2022.

As tensões em torno da reprodução camponesa em tempos de agronegócio e agrotóxico: os casos das comunidades de Nova Esperança, Castanhalzinho e Arapiranga

Formadas no alvorecer da segunda metade do século XX, as comunidades Nova esperança, Castanhalzinho e Arapiranga apresentam em comum a trajetória migrante de seus moradores. São formadas por netos e bisnetos de camponeses que acompanharam o caminho do Rio Bujaru desde os tempos coloniais e posteriormente seguiram a trilha da Estrada (PA 140) em busca de terra e da realização camponesa. Vila de Santana e Comunidade do Cravo[12] estão na origem de formação dessas comunidades. No contexto da integração nacional, Nova Esperança ganha reforços com a chegada de migrantes oriundos das periferias de Santa Izabel, Bujarú e outros.

Pressionados pelas fazendas de gado essas famílias viveram durante décadas distantes do radar do poder púbico, produzindo para o autossustento e exercitando uma sociabilidade e territorialidade próprias. Através da luta junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bujaru, parte dessas famílias receberam o título definitivo da terra ainda na década de 1980. Nos anos de 1990 ganhava corpo nessas comunidades o debate sobre a formação dos territórios quilombolas e posteriormente a autodeclaração de três dessas comunidades como comunidades remanescentes de quilombos. *Pari passu* ao avanço do debate feito pelos territórios quilombolas, o INCRA promove nos Municípios de Bujaru e Concórdia um processo de criação de Assentamentos Rurais, regularizando terras ocupadas historicamente nessa região (MARCO, 2015).

Os primeiros rumores da chegada da palma de dendê nessa região têm início ainda na década de 1990 e se efetiva nos primeiros anos do século XXI, quando a transformação da paisagem salta os olhos. Rapidamente o agronegócio do dendê se impõe a esses camponeses como um inimigo invisível, uma vez que o controle da dinâmica inerente a esse território resulta de comandos externos, do capital global. Invisível no campo de comando, porém visível e célere na transformação da paisagem e nas ações de controle local, visualizados através da abertura de ramais que dificultam o trânsito de pessoas, controle do acesso aos rios e igarapés, desnudando a tentativa de mando da terra, da água, do ar – *comuns* - e das pessoas – *comunidades*.

É nesse universo de emergência do neoliberalismo e de adequação as condições do capital rentista internacional da agricultura brasileira que os territórios campesinos do Nordeste Paraense se vêem tensionados também pelo avanço do uso dos agrotóxicos que alcançam seus territórios

12 Povoado a Beira do Rio Bujaru de onde se dá o espraimento das comunidades rurais que contornam a PA 140 (MACEDO &COSTA, 2015).

contaminando a água, o ar e a floresta. Esse controle por contaminação não se fará por cercas ou placas de propriedade privada e "reserva", mas sob a socialização dos danos.

A face rentista própria da dinâmica atual do capitalismo difere da mundialização do capital que arremete à colonização européia, que já afetara essas terras: nesta, dinâmicas externas controlam os territórios conquistados através de uma presença geralmente representada pela autoridade do colonizador. Naquela, ao adentrar nas bolsas de valores como *commodities* e terem a possibilidade de serem colocados no "mercado de futuros", há uma vetorização de investidores externos e internos que acelera o processo, cuja rede sociotécnica (SILVA, MAGALHÃES e FARIAS, 2016) se dá concretamente sob o signo do período técnico-científico-informacional, quando "as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais" (SANTOS, 2014:237).

"No início a nossa preocupação era com a venda da terra, por que a gente via o que tava acontecendo..."

> De repente começou um alvoroço, máquina passando toda hora. A gente não sabia muito bem o que tava acontecendo, uma hora era um fazendeiro que ia chegar, era um projeto, mas a gente não tinha ideia que era o maldito do dendê. Só sabia que tinha gente vendendo terra, mas a gente não sabia quem era o comprador, não se falava nada, nem o nome a gente sabia. A preocupação era e depois como vai ser pra onde essa gente vai. (Comunidade Nova Esperança – entrevista realizada junho de 2019).

A corrida pela terra revelava ações coordenadas, resultado da parceria entre o Estado e capital privado para garantir o negócio do agro-dendê. Aos poucos, à captura da terra pelo grande capital somou-se a captura de braços da agricultura camponesa que se dirigiram para os campos do dendê, contratados na maioria por empresas terceirizadas. Entre os anos de 2006, 2007 e 2008 o aumento do preço da farinha de mandioca chama atenção nos arredores da cidade de Belém, sendo apresentado por estudioso como um dos efeitos dessa captura de terras e camponeses (SOUSA, 2017). Ainda de acordo com o Relatório Repórter Brasil (2015) a farinha de mandioca sofreu um aumento de 90% somente no ano e 2012, aumento que sente-se até agora na dieta básica das famílias da região.

Soma-se a isso as distintas e complementares formas de apropriação da terra pelas empresas, como destacam SILVA, MAGALHAES, FARIAS (2016:175): a) Aquisição de imóveis rurais, notadamente fazendas e áreas de agricultura familiar, embora o Programa vede expressamente a compra de lotes de agricultores; b) Arrendamento de imóveis rurais, principalmente fazendas com pastos abandonados; c) A transferência das terras da reforma agrária mediante o sistema de "integração".

Noutro nível de análise, Almeida e Marin (2010) chamam atenção para o aumento vertiginoso das vendas especulativas de contratos de *commodities* na primeira década deste século, com reflexo

direto sobre o mercado de terras e com efeitos sociais dramáticos para os povos e comunidades tradicionais. Destacam-se as ações tanto do legislativo como do judiciário, tais como: a) Redefinição da Amazônia legal, com a supressão dessa região dos estados do Mato Groso, Tocantins e parte do Maranhão; b) A redução da reserva legal dos imóveis rurais de 80% para 50%; c) Liberação de crédito para quem pratica crime ambiental; d) Redução da faixa de fronteira internacional e Privatização das terras públicas sem licitação na Amazônia.

Apesar de muitos desses projetos não terem se formalizado no plano legal, na prática tornaram-se realidade. A aquisição de terras pela Biopalma, empresa que controlava a produção de dendê na PA 140, promoveu um cerco aos camponeses que permaneceram nas comunidades. Tal assertiva é discutida por Cordeiro (2017), Aquino Junior (2020) e Macedo e Sousa, (2015), para os quais o cercamento imposto a esses camponeses tem reverberado através da luta pelo direito a terra-território e o futuro da região, como no caso da destinação de terras para estes empreendimentos (AQUINO JUNIOR, 2019).

Aquino (2020) destaca que nesse contexto de cercamentos o campesinato tem produzido contra-cercamentos que garantam sua permanência, reprodução e incremento do trabalho na terra. Isto pode ser visualizado nas comunidades em destaque através da relação de complementação entre a produção da roça e a aquisição de mercadoria com o trabalho assalariado, o comércio com possíveis moradores da cidade ou das comunidades empregados por empresas ligadas ao agronegócio, as negociações entre trabalhadores e empresa para equilibrar o tempo entre plantios de dendê sem abandonar os roçados, especialmente o da farinha de mandioca, etc, expressando a diversidade camponesa marcante que garante o contraditório de sua submissão.

Essa capacidade camponesa de adaptação às adversidades os leva a criar alternativas aos apelos do capital, podendo se traduzir na combinação entre o trabalho familiar na roça e o trabalho assalariado na empresa. O que para muitos pode parecer excludente, para esses camponeses se traduz em possibilidade de viver e ressignificar a campesinidade (SOUZA, 2019), agarrando-se nas entranhas do próprio processo que para alguns autores representa seu próprio esgarçamento.

Tanto a mercantilização da terra quanto do trabalho apresenta-se para os camponeses desde o advento do dendê como inimigos visíveis. Porém, à medida que se estruturavam os campos da palma, as comunidades despertavam para a politização da questão ambiental, materializada especialmente no uso excessivo dos pacotes químicos, que aos poucos vão se revelando como o inimigo invisível.

Depois veio o veneno e a gente demorou muito pra ver esse inimigo. Até hoje a gente ainda não vê...!

> O volume de agrotóxicos comercializados legalmente na região Norte quase dobrou em 7 anos, saltando de 16,6 mil toneladas em 2007 para 30,6 mil toneladas em 2013. A área plantada teve aumento de pouco mais de 10%, passando de 2,8 mil toneladas no início para 3,1 mil toneladas ao final do período. O número de intoxicações parece acompanhar o aumento do consumo, indo de 1,99 a 4,61 casos por 100 mil habitantes, na média. É a região com menor produção agrícola e consumo de agrotóxicos do país (CASTILHO, 2013).

O aumento do uso de agrotóxico na região norte acompanha a reestruturação agrícola do campo brasileiro no contexto neoliberal. Fomentado a partir dos anos de 1960 e 1970, com a Revolução Verde, os pacotes químicos tornaram-se os grandes aliados da agricultura baseada no binômio latifúndio - monocultura (BOMBARDI, 2012 p. 1). Usurpação do território pelo capital aliada ao aumento vertiginoso do uso de agrotóxico são as marcas da produção agrícola no campo brasileiro no limiar do século XX, demarcando a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional. Neste processo, "arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, é o outro lado da moeda desta 'moderna agricultura' comandada pela 'maiores transnacionais do setor químico mundial' (BOMBARDI, 2012, p. 12).

Produzindo para o autossustento e para o abastecimento do comércio local, a produção camponesa das comunidades em foco permaneceu até os dias atuais alheias aos pacotes químicos, seja pela sua condição de produzir para comer e comercializar em pequena escala, seja pela relação afetiva e de respeito com relação a terra. Terra, trabalho e família, estão na centralidade do modo de vida e na composição territorial dessas comunidades (WORTMANN, 1988). Dos saberes repassados de geração a geração está à produção de adubos orgânicos, tais como a casca da mandioca utilizada para melhorar a produtividade da pimenteira e afugentar os ataques de pragas e o esterco de galinha e de outros animais, utilizados principalmente no trato com as plantas e verduras, além da rotação de cultivos para "fortalecer" a terra e precaver aparição de ameaças aos cultivos em áreas de plantio fixo.

Nos trabalhos de campo observamos apenas um caso de uso de inseticida recomendado pela empresa numa unidade familiar integrada ao dendê. Nas demais, especialmente naqueles onde predominava a produção de pimenta, encontramos o NPK, fertilizante composto de Nitrogênio, Fosforo e Potássio, utilizado especialmente na forma orgânica. Nesse universo predominantemente

marcado pela produção de mandioca, feijão, arroz, leguminosas, frutas e pimenta[13], o agrotóxico ou veneno, como é conhecido por estes sujeitos, era coisa de ouvir falar.

> Nós tomamo conhecimento desses veneno assim forte com o dendê. Até tinha alguma coisa que era usado na pimenta, mas pouco coisa. A verdade é que aqui todo mundo tem receio do veneno porque a gente escuta muita coisa ruim do veneno. (...) As fazenda, eles jogava veneno na área do pasto, pra matar o mato (Comunidade Arapiranga- Maio de 2020).

Cercados pelo dendê, as comunidades camponesas sofrem com a pulverização que avança sobre seus territórios com elevado potencial de propagação dos diferentes tipos de "veneno" ganhando fortalecimento através do seu poder de volatilização, atingindo solo, água, superfície vegetal e atmosfera (SOUZA et AL, 2017).

O uso de "insumos químicos" na produção da palma de dendê é definido a partir de uma tabela deliberada pela EMBRAPA. Estes variam desde raticida, formicida e inseticida, com destaque para o uso do Roundup[14]. Com o objetivo de identificar os impactos socioambientais causados pelo uso de agrotóxicos em cultivo de palma de dendê nos recursos hídricos, Cruz (2018) revelou a presença de atrazina e glifosato (princípio ativo do Roundup) nas sub-bacias hidrográficas do Município de Tailândia.

Já o Instituto Evandro Chagas-IEC (2014) identificou a presença de substâncias proibidas, como o endosulfan (pesticida e acaricida banido em mais de 60 países, incluindo o Brasil em 2014), em rios e igarapés contíguos as plantações de dendê. Das 18 localidades aquáticas na região do Acará estudadas, 80% das amostras coletadas no período de chuvas da região revelaram a presença de agrotóxicos com ingredientes ativos ligados a distúrbios hormonais e câncer.

Utilizado desde a década de 1970 na cultura do café, da soja, algodão, cacau e cana-de-açúcar, o endosulfan foi proibido pela ANVISA em julho de 2013 por ser um produto fitossanitário de classe toxicológica I apresentando efeitos negativos em humanos, animais e o ambiente. Estudos experimentais indicaram que os componentes do endosulfan "pode[m] causar danos agudos e crônicos, tais como alterações no sistema nervoso, efeitos imunossupressores e ações carcinogênicas e/ou mutagênicas" (BRINATI, 2011).

Ao longo dos trabalhos de campo ouvimos relatos sobre os efeitos do uso do agrotóxico no corpo tanto de pessoas vinculadas a empresa quanto da população de modo geral dessas comunidades. Os excertos de entrevistas abaixo sintetizam essas inquietações:

13 Com entrada nas unidades familiares no ultimo quartel do século XX.

14O princípio ativo do Roundup é o glifosato. A marca atualmente está sob controle da Bayer, que adquiriu-a junto com a compra da Monsanto. Possui duas fábricas no Brasil: em São José dos Campos/SP e Camaçari/BA.

> O rapaz que morava aqui do lado, uma vez ele disse que ele vinha num ramal e eles estavam pulverizando com um tipo de veneno, ele disse que ele sentiu, quando chegou na casa dele tava quase morto, vomitando, passou mal, tomou leite melhorou, já imaginou, ele não tinha nem contato todo dia com isso, uma vez só. A gente já até se acostumou com coceira pelo corpo, é uma coceira que não acaba e deixa a gente cansado. Parece que a gente vai ficar doido, quando não é um é outro que tá assim. A água é ruim até pra lavar roupa, fica dura na corda, mas a gente não sabe por quê. Os nosso velho tão morrendo de doença que a gente nunca tinha ouvido falar, negócio de Azaime (Alzheimer), isso aqui não tinha e tem muita gente com doença feia do estomago. Então a gente tá assim, morre um morre o outro e a gente não sabe por quê (Comunidade Nova Esperança, julho de 2021).

Pelo menos quatro casos de Alzheimer foram formalmente diagnósticos pelas Secretarias Municipal de Saúde do Municipio de Concórdia do Pará. Larissa Bombardi chama a atenção para o fato de que apesar das sub-notificações "O uso intensivo de agrotóxicos no Brasil foi responsável por milhares de mortes e dezenas de milhares de intoxicações, na primeira década do século XXI, de acordo com dados do SINITOX (BOMBARDI, 2013).

Concomitante as mudanças sentidas na água, fosse pelo odor, cor, "cemitério de peixes", ouvimos em campo inúmeros relatos relacionados aos problemas na pele, coceiras, mal-estar, dor de cabeça, cansaço, mal cheiro, e outros. Em decorrência desses episódios, observa-se nas comunidades uma ruptura compulsória da relação entre esses sujeitos e a natureza, o bem comum. "(..) Jogaro veneno depois veio a chuva,o igarapé apodreceu de tanto peixe morto, a gente sentia o fedor, tinha que ver um monte de peixe morto porque o veneno e o adubo que escorreu pro igarapé" (entrevista realizada em março de 2020, em Castanhalzinho).

Relatos de contaminação da água e, por conseguinte de doenças estão presentes também no relatório "Expansão do dendê na Amazônia Brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará" (2013) realizado pela ONG Repórter Brasil com apoio da FASE e da Fundação Heinrich Böll.

> Um dos principais impactos ambientais do dendê já detectados no nordeste paraense (depois da onda de desmatamentos praticados por - ou a mando de - empresas em lotes de agricultura familiar para a implantação de dendê entre 2008 e 2010) tem sido a contaminação por agrotóxicos de igarapés que alimentam os inúmeros rios - como o Pará, Tocantins, Moju, Acará, Acará Miri, Capim, Aiu- -Açu, Maracanã e Camari, entre outros - da região (p.11).

E continua,

> Segundo Antonio Ribeiro, nos dias de aplicação de veneno no dendê a família tem sofrido com fortes dores de cabeça ("ontem mesmo passei 24 horas no hospital por conta da dor"), e não é possível manter nenhuma criação de aves, como galinhas e patos. "Eu até tentei, mas aí elas ficam doentes, começa a melar o bico, e elas morrem. Não sei dizer se é por causa do veneno, mas acredito que sim", diz o agricultor. O principal problema da família, no entanto, é que a única fonte de água para consumo, um poço artesiano, está localizado a menos de 50 metros do dendeza (p.12)

No relatório “Desmatamento e água contaminada: o lado obscuro do óleo da palma ‘sustentável’ da Amazônia” elaborado pela agencia de notícias ambientais Mongabay, em março de 2021, evidenciam-se os impactos que a produção da palma tem causado no Nordeste paraense, com destaque para contaminação dos rios, envenenamento do solo e os prejuízos à subsistência e a saúde de povos indígenas e comunidades tradicionais da região do Acará. Sobressaem-se no documento o descarte de resíduos tóxicos nos rios e a apreensão dos povos indígenas quanto ao domínio do seu território.

> “O dendê trouxe só muitos problemas pra nós. Primeiro, trouxe destruição da nossa fauna, da nossa flora, dos nossos rios”, diz [Lúcio] Tembé enquanto olha para o Rio Turé, próximo à Terra Indígena (TI) Turé-Mariquita. “Essa água não serve. De primeira, nós bebíamos. Esse rio aqui era o mercado de toda a população, onde eles pescavam, a mata onde caçavam. [...] Tembé nos disse que o resíduo marrom escuro é uma mistura tóxica de matéria orgânica, inseticidas e herbicidas das usinas de óleo de palma da região. Todos os dias, dezenas de caminhões despejam esses efluentes no Rio Acará, acrescentou o cacique. (Relatório Monbagay “Óleo de palma “sustentável” contamina água e desmata Amazônia” - 2020)

Assim, a contaminação ou *envenenamento* da água, como nas falas dos camponeses e indígenas, tornou-se questão recorrente nos territórios cercados pelo dendê, com efeitos imprevisíveis noutras escalas espaciais (percolação principalmente) e temporais (acúmulo, durabilidade do princípio ativo em organismos e ambiente, efeitos genéticos geracionais, etc). Territórios indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos vivem sob as incertezas da qualidade da água historicamente utilizadas para a condução da vida.

> A gente diz que é disso [contaminação causada pela palma] porque antes não tinha essas doenças na nossa aldeia. Os igarapés em que nossos filhos e nós tomávamos banho, nós não tomamos mais, por causa de muita coceira… E hoje tem muita doença na nossa aldeia. No verão a gente tem muita dor de cabeça porque é quando [as empresas] jogam veneno [...] Cíntia Tembé, outra moradora da TI Turé-Mariquita, conta que presenciou um jovem previamente sadio, cujo trabalho era aplicar agrotóxicos nos dendezeiros, adoecer e falecer no hospital local. “Ele chegou lá com dores exageradas no abdômen”, disse ela, em sua casa na aldeia Arar Zena’i. “Foi terrível. Começou a sair sangue pelo ouvido, pelo nariz, (Relatório Monbagay “Óleo de palma “sustentável” contamina água e desmata Amazônia” -2020 s/n).

Os casos de doenças ditas “desconhecidas” estão presentes por toda a região de Tomé-acu e Acará. Nas conversas alguém tinha sempre um caso a relatar. Falavam-nos “da doença feia”, quando se referiam ao câncer e mesmo ao Alzheimer, doença do esquecimento. “Meu sogro começou a esquecer de tudo, chegou a hora que não comia e não lembrava de mais nada”, como falou uma moradora, e das doenças de pele que assolavam especialmente as crianças. A própria tentativa de expurgar “pragas” por parte dos inseticidas aplicados no agronegócio acabam levando muitas

famílias a recorrerem a venenos como o “baygon” e similares, dado que insetos proliferam em outras áreas vizinhas aos monocultivos, ou as ocupam quando se aplicam os venenos nos plantios. Destacamos que o modo de vida e toda a dinâmica social dessas comunidades apresentam-se interligados com os rios e igarapés, sejam ao trabalho e autossustento, seja relacionado à sociabilidade e ao lazer. A ruptura dessa relação significa a inviabilização da vida e da efetivação desses territórios, além de possível contaminação dos poços tubulares utilizados por muitas famílias dadas a ausência de rede de água encanada – e saneamento básico, no geral.

Esse conjunto de fatores pressiona o campesinato, dificultando sua reprodução nos mais diversos níveis, como a monopolização do território via controle chamado eufemisticamente de “parceria”; a concentração fundiária e proibição de uso de áreas comuns como de caça e retirada de lenha, convertidas em “reserva” das empresas; a presença incômoda e danosa avizinhando áreas livres de agrotóxicos e com diversos cultivos utilizados para o autoconsumo das famílias; os efeitos biológicos diversos, comprometendo no caso das doenças que afetam a memória o diálogo intergeracional, fundamental para a reprodução deste modo de vida calcado num conhecimento oral acumulado; além dos efeitos reprodutivos de alguns destes venenos silenciosos, tanto em mulheres como em homens.

Os camponeses também relacionaram dificuldades relacionados a produção na unidade doméstica com a presença dos agrotóxicos. Destaca-se a os problemas com a pimenta e os pomares que diminuíram significativamente sua produtividade. Apontam camponeses que esses problemas se devem a excessiva pulverização de agrotóxico nos campos do dendê.

> Nesse tempo a gente tava iniciando nosso projeto, a gente tava saindo da cultura da pimenta do reino para fruticultura. A gente tava com abacaxi, com caju, maracujá, cupuaçu, acerola não muito, mas era mais o caju, essas coisas… Os pássaros chegaram a comer abacaxi verde, porque não tinha o que comer, eles atacaram, macaco passava e pegava caju. Um colega nosso que ia tirar cinco toneladas de polpa de caju, não tirou cem quilos (Comunidade Nova Esperanca, Março de 2020).

Foram inúmeras as referências feita pelos camponeses de Nova Esperança, sobre o ataque aos pomares. Fugindo da morte devido a retirada da vegetação (mata e ou capoeira) e em busca de comida, os animais avançaram sobre os sítios camponeses. Anteriormente a chegada do dendê a Comunidade Nova Esperança apresentava na produção de frutas uma renda complementar para os camponeses. Associados ao Programa de Alimentação Escolar (PNAE) a comunidade se organizou através de uma associação, tornando-se referência na venda de polpas de frutas no município.
Porém, salta aos olhos o papel da “mão” estatal no apoio a políticas públicas como o PNAE e o financiameto do agronegócio pelos empréstimos a juros baixíssimos e desoneração fiscal, para citar

apenas dois dispositivos que podem ser considerados de espoliação, visto que o dinheiro que se aplica ou deixa de recolher deveria se voltar para o interesse público, e mais que isso, comum.

Para além da volatilidade dos agentes químicos, nos foi relatado em campo a inexistência de critérios no descarte dos vasilhames e mesmo das bombas utilizadas para a aplicação do veneno. "A empresa não tinha cuidado com o meio ambiente, as bombas usadas na aplicação de veneno eram jogadas na beira do igarapé" (J. S. trabalhador da empresa- comunidade Arapiranga, Julho de 2020).

Assim, são restos de embalagens e substâncias que se cristalizam no tempo, demonstrando que a histórica aliança Estado-capital sempre deixou fora de seu orçamento e contabilidade os efeitos nefastos nas diversas formas de vida e modos de vida – enquanto relação de grupos humanos com seu meio, num processo de transformação mútua. A face atual dessa transformação é o acirramento e surgimento de novas contradições, entre os quais a substituição das áreas comuns pelo envenenamento comum.

Uma pauta/palma em aberto

Agronegócio e agrotóxico, se apresentam como pares inseparáveis de um processo de que gera a morte. De um lado o território voltado para a garantia da vida e de outro o território da mercadoria, da territorialização do capital. A implantação dos polos de dendê no Nordeste Paraense e o avanço do uso do agrotóxico na região amplia o campo de disputa e imprime nesse território novas formas de violência e de morte.

Cercados pelo dendê os camponeses têm que conviver com a dinâmica da produção da palma, com o controle da água, da floresta e da vida. Os ramais abertos para a circulação de pequenos veículos no interior do território da palma definem os espaços dos transeuntes, redefinindo e fechando percursos e caminhos que guardam histórias e memórias e impedem a condução da sociabilidade (MACEDO e COSTA, 2015). Ramais são abertas para garantir a fluidez da produção da palma, inviabilizando olhos d'água, e igarapés que serviam como espaço de sociabilidade e lazer.

Um dado que vale registrar é que o *boom* dos estudos sobre dendê em seus mais diversos aspectos, incluindo realização de eventos, livros, palestras, parece ter diminuído significativamente, como se esta modalidade de agronegócio tivesse tido um ciclo que se encerrou. Pretendemos investigar futuramente esta e outras hipóteses sobre o aparente desinteresse pelo tema, já que os plantios continuam e inclusive têm novamente se expandido, como no caso da empresa que recentemente comprou a Biopalma. Assim, é oportuno balizar uma discussão sobre a situação atual deste agronegócio, seus efeitos (cuja temporalidade, ou melhor, duração, podem ser mais bem

observados dependendo das áreas) e os cenários possíveis, os caminhos de sua continuidade, já que esta agricultura não pode ser desfeita ou "deslocalizada" tão rapidamente - ainda que outros experimentos desta natureza mostrem que podem ser simplesmente abandonadas pelos *players*.

Este trabalho procurou compreender melhor a relação agronegócio-agrotóxicos e seus efeitos imediatos e possíveis desdobramentos, frente a um campesinato de origem diversa organizado em comunidades, cujas sociabilidades e territorialidades tem sido desafiada e mostram aspectos que reinventam essa classe historicamente marginalizada.

No diálogo com outros trabalhos e nas falas de pessoas entrevistadas durante a pesquisa, vislumbramos nefastos efeitos, ainda que seja uma situação em aberto, havendo diferentes interpretações sobre o futuro desses empreendimentos e principalmente do campesinato na região.

Ao levantarmos ou recolocarmos este debate, assim, estamos lidando concretamente com os caminhos que vão se trilhando nesta parcela da Amazônia, ainda que devamos considerar em trabalhos futuros outros processos como as sinalizações em torno da financeirização da natureza e economia verde no contexto pós-pandêmico e de continuidade da estagnação da economia global desde 2008, assim como de projetos regionais e estaduais, como a proposta de uma estrada de ferro cortando de norte a sul o Pará (no projeto inicial, FEPASA, Ferrovia Paraense SA), que potencializaria o agro e o minero negócios.

Alertamos, assim, que decaída de trabalhos e ausência de fiscalização não significam que o agronegócio do dendê está com seu fim em curso, ou ainda que sua territorialização se encerrou dentro das cercas e de certo ciclo temporal: muito pelo contrário, se fazem necessários estudos ainda mais sistemáticos que possam influir em políticas públicas como PNAE e liberação desenfreada de agrotóxicos nos últimos anos. Acompanhar os efeitos da acumulação de veneno ao longo do tempo em bacias, solo e organismos vivos (incluindo pessoas) se faz fundamental, posto que foram recursos públicos que irrigaram boa parte destes empreendimentos, numa pinça que consorciava produção e reflorestamento (AQUINO JUNIOR, 2019:109).

No contexto ainda tenebroso que vive o país, com a Amazônia e seus povos sofrendo impactos intensos, a crítica sistemática e embasada não se faz suficiente para desbaratar e abrir as "cadeias" produtivas do agro, mas oferece uma visão focada além das ideologias dominantes que o sentenciam como única via. Como aqueles camponeses migrantes de Bujaru, é dever nosso continuar fundando e fundamentando outras "Novas Esperanças" onde, a despeito das dificuldades, a utopia camponesa encontra seus topos.

Referênicas

AQUINO JUNIOR, 2018). Revista Mutirõ - Folhetim de Geografias Agrárias do Sul. V. 01, No. I, 2020.

AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. **Campesinato e agronegócio do dendê no Ramal do Cravo (Acará-PA): disputas em torno da terra e futuro**. Dissertação. Belém: PPGDSTU-NAEA, 2019.

BUENO, C. As disputas em torno do modelo de desenvolvimento no Brasil e a questão dos agrotóxicos. In: SOUZA, M. M. de. FOLGADO, C. A. R. (Org.) **Agrotóxicos e agroecologia. Enfrentamentos científicos…** Anápolis: Editora UEG, 2019.

BACKHOUSE, Maria**. A desapropriação sustentável da Amazônia: o caso dos investimentos em dendê no Pará**. Berlin: Freie Universität Berlin, 2013. (Fair Fuels? Working Paper, n. 6).

BITTENCOURT, N. JACOBOVSKI, S**. Agrotóxicos como arma química: a permanente guerra agrária no Brasil**. 2017. disponível em **https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/artigo-agrotoxicos-como-arma-quimica-a-permanente-guerra-agraria-no-brasil/22695.** Acesso em 11/12/2019.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: **Boletim Dataluta. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 – 21.

BRINATI, Alessandro. **Toxicological effects of the insecticide endosulfan on the metabolism of fruit bats Artibeuslituratus and analysis of bioaccumumation in adipose tissue and liver**. 2011. 56 f. Dissertação (Mestrado em Biologia e Manejo animal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

CARVALHO, A. C. A. de. NAHUM, J. S. **Dendeicultura e migração em Tomé-Açu (Pará): o caso da Vila Forquilha**. Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 5, p. 8002-23, 2019.

CASTILHO, I. **Pará triplica consumo de agrotóxicos; na Amazônia, soja avança para Roraima**. Disponível em https://mst.org.br/2016/11/13/para-triplica-consumo-de-agrotoxicos-na-amazonia-soja-avanca-para-roraima/. Acesso em 14/09/2022.

CORDEIRO, I. M. C. C. ARBAGE, M. J. C. SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.;

CHÃ, M. **Agronegócio e indústria cultural. Estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CRUZ, R. H. (2018). **Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na Amazônia paraense: Uso de agrotóxicos e poluição ambiental nas sub-bacias hidrográficas, Tailândia (PA)**.

Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. Disponível em http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10316

DARDOT, P. LAVAL. C. **Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI.** Trad. Maria Echalar. São Paulo :Boitempo, 2018.

GORGEM, S. A. Agricultura camponesa. STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e sobre o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

HOMMA, A. K. O**. Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia Belém**. Embrapa Amazônia Oriental, 2016. (Documentos, n. 423).

LOUREIRO, V. R. (2002). Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados, 16(45), 107-121. Recuperado de https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9872. Acesso em 21/08/2021.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 2 ed. Belém :Cejup, 2004.

MACEDO, C. O. SOUSA, R. B**. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará**. GEOSUL (UFSC), v. 10, p. 52, 2019.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. **Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas.** Revista Tempos Históricos , v. 19, p. 302-331, 2015.

MOREIRA, E. do S. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 187-206.

NAHUM, J. S.; SANTOS, L. S.; SANTOS, C. B. **A formação da dendeicultura na amazônia: vertentes históricas de sua consolidação**. Campo. Território, v. 15, p. 1-31, 2020

NAHUM, JOÃO; SANTOS, L. S.; SANTOS, Cleison Bastos dos. **Usos e abusos dos recursos hídricos pela dendeicultura na amazônia paraense**. Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 6, p. 1-20, 2020.

NAHUM, J.S.; SANTOS, C. B. dos. **Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** REVISTA NERA (UNESP), v. 1, p. 113-134, 2018.

OLIVEIRA, A. U. de**. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. Texto apresentado na mesa-redonda "Perspectivas da Geografia Agrária" do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Novembro de 2003 (mimeo).

OLIVEIRA, F. de A. (Org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém, PA: EDUFRA, 2017.

SILVA, E. P. da. MAGALHÃES, S. B. FARIAS, A. L. A. de. **Monocultivos de dendenzeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense**. Campo-Território: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 165-195, jun.-2016

SOUSA, R. B; MACEDO, C. O. **Territorialidade camponesa e relações de trabalho no espaço agrário da amazônia paraense**. Ciencia geográfica- Bauru, v. XXIV (3), p. 1521-1538, 2020

SOUSA, R. B. **A beira do rio, à beira da estrada e a conformação do território camponês no Nordeste Paraense**. Ensaios de Geografia, v. 4, p. 7-25, 2015.

SOUSA, R. B. **Quando o trabalhador assalariado é camponês: um estudo dos agricultores camponeses nos campos de dendê no nordeste paraense.** Campo Território, v. 14, p. 28-52, 2019.

TAFNER JUNIOR, A. W. SILVA. F. C. da. **História emblemática da cooperativa agrícola mista de Tomé Açu no nordeste paraense**. In: https://abphe.org.br/arquivos/armando-wilson-tafner-junior-fabio-carlos-da-silva.pdf. Acesso em 14/08/2019.Relatório "Expansão do dendê na Amazônia Brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará- (2013)" realizado pela ONG Repórter Brasil com apoio da FASE e da Fundação Heinrich Böll.

WOORTMANN, K. (2018). **"Com parente não se neguceia"**: **O campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico, 12(1), 11–73. Recuperado de https://www.periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389